

**38º CONGRESSO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CURSO: DESAFIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: RELAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E AS FORMAS DE COFINANCIAMENTO FEDERAL E ESTADUAL**

**Representante da Diretoria do COSEMS/SP:**

**Coordenadora:** Mariana Alves Melo, Assessora Técnica do COSEMS/SP

**Justificativa:**

Um dos grandes desafios do processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) é o de estabelecer uma política de financiamento tripartite, que ampare a implementação do acesso universal e cuidado integral em saúde, e que seja adequada às diversas necessidades de saúde dos territórios caracterizados por profundas disparidades regionais.

Na contramão deste objetivo, a trajetória histórica do processo de financiamento do SUS é marcada por políticas econômicas que conduziram o Estado Brasileiro rumo à priorização da destinação de recursos ao mercado e à contenção de gasto nas políticas sociais. Resultado deste contexto contra hegemônico é o crônico subfinanciamento e, mais recentemente, desfinanciamento do sistema, dado os prejuízos da Emenda Constitucional nº 95/2016 (“Teto de Gastos”) - que retirou aproximadamente 70 bilhões de reais do SUS, entre 2018 e 2022.

Os efeitos deletérios da regra do “Teto de Gastos” foram suspensos no exercício de 2023, a partir do que dispôs a “Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição” (Emenda Constitucional nº 126/2022). Mais tarde, o “Teto de Gastos” é finalmente substituído pelo estabelecimento do Novo Arcabouço Fiscal, através da aprovação da Lei Complementar nº 200 em 30 agosto do mesmo ano. Todavia, atualmente, ainda paira sobre a necessária ampliação das bases orçamentárias do SUS, pressões do “mercado” por cortes no Piso Federal do SUS para atendimento da agenda financeira, ampliação dos volumes consumidos pelas Emendas Parlamentares, entre outros.

A histórica não ampliação e diversificação da base de financiamento público do SUS, resultado deste contexto, além de gerar restrições de acesso, ampliou os problemas de gestão que hoje se intensificam, dado o fortalecimento de práticas “gerencialistas” a partir da adoção, no cotidiano da gestão do sistema, de instrumentos operacionais pautados na apropriação privada das políticas públicas de saúde, de modo que caminhamos para um “SUS Operacional”.

Deste modo, não somente o enxugamento das bases orçamentárias do SUS inviabiliza a implementação de uma estrutura de financiamento que permita a consolidação do acesso universal, cuidado integral e redução das desigualdades regionais. O agigantamento da destinação de recursos por Emenda Parlamentar, que consome o Piso Federal do sistema e a implementação de novos modelos de alocação orçamentária, que amparam os parâmetros de distribuição dos recursos federais e estaduais



a partir da lógica privada, são importantes exemplos de dimensões da política de financiamento, que também geram efeitos sobre a conformação da oferta das redes de saúde municipais.

Especialmente neste exercício de 2025, os gestores municipais paulistas, e de todo o Brasil, enfrentam ainda o desafio de construir as peças orçamentárias e os instrumentos de planejamento do SUS para o próximo ciclo orçamentário de 2026 – 2029. Uma tarefa complexa que fica ainda mais penosa dada a conjuntura que impossibilita o atendimento das diferentes necessidades de saúde do território. Assim, os gestores precisam criar estratégias para contornar a sobrecarga sobre os orçamentos municipais, sendo fundamental conhecer as diferentes alterações de programas federais e estaduais de cofinanciamento.

Portanto, durante o curso, a partir da conjuntura exposta, será debatido criticamente os contornos históricos e recentes do financiamento do SUS, propiciando uma agenda de pontos relevantes para discussão no cenário político municipal. Ademais, serão discutidas alternativas técnicas e exitosas que auxiliem os gestores e trabalhadores na árdua tarefa de gerir os Fundos Municipais de Saúde.

### ***Objetivo Geral***

- Discutir criticamente o histórico processo de financiamento do SUS, as recentes pressões sobre os fundos públicos de saúde e a conjuntura do primeiro ano de gestão municipal;

### ***Objetivos Específicos***

- Debater as dificuldades da gestão no processo de planejamento das ações de saúde e respectiva execução dos recursos, com especial ênfase às reponsabilidades do primeiro ano de governo municipal;
- Explorar as peças orçamentárias: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) e a respectiva relação com os instrumentos de Planejamento do SUS - Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG);
- Analisar, a partir da ótica municipal, as formas de alocação orçamentária das recentes alterações das políticas de cofinanciamento federal: Novo modelo de alocação orçamentária da Atenção Primária à Saúde (APS) (Portaria GM/MS nº 3.493, de 10/04/2024) e Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), repasse por Oferta de Cuidado Integrado (OCI);
- Explorar os sistemas federais de monitoramento das transferências Fundo a Fundo (e-gestor Atenção Básica - AB, Sistema de Controle do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC, Sistema de contas do Fundo Nacional de Saúde) como importantes instrumentos da gestão orçamentária e financeira dos Fundos Públicos de Saúde Municipais;

### **Programação**

#### ***Dia 09 de abril de 2025 (quarta-feira) – período da manhã***

09:00 às 9:30 horas      Abertura: objetivos do Curso e dinâmica da programação do dia  
*Mariana Alves Melo - Assessora Técnica do COSEMS/SP*

- 09:30 às 10:00 horas A Conjuntura do Financiamento do SUS  
*Francisco Rózsa Funcia, Consultor Técnico de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Professor dos cursos de Economia e Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES).*
- 10:00 às 10:40 horas O uso do Planejamento Estratégico como ferramenta para as responsabilidades do primeiro ano de gestão municipal na saúde  
*Lidia Silveira Tobias, Assessora Técnica do COSEMS/SP*
- 10:40 às 11:40 horas O Ciclo Orçamentário (LDO, LOA e PPA) e a relação com os instrumentos de Planejamento do SUS (PMS, PAS, RDQA e RAG)  
*Francisco Rózsa Funcia, Consultor Técnico de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Professor dos cursos de Economia e Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES).*
- 11:40 às 13:00 horas Debate
- 13:00 às 14:00 horas Almoço
- 14:00 às 15:00 horas A evolução dos modelos de cofinanciamento federal da APS e os parâmetros do novo modelo - Portaria Ministerial nº 3.493, de 10/04/2024  
*André Schimidt da Silva, Vice Direção de Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz)*  
*Mariana Alves Melo, Assessora Técnica do COSEMS/SP*
- 15:00 às 15:30 horas Monitorando o cofinanciamento federal da APS: explorando os sistemas federais disponíveis para instrumentalização da gestão  
*André Schimidt da Silva, Vice Direção de Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz)*
- 15:30 às 16:30 horas O novo modelo de alocação orçamentária da Atenção Especializada e os parâmetros das OCI no bojo do PMAE: o que muda nas transferências federais da área?  
*Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde (DAET/SAES/MS)*
- 16:30 às 17:00 horas Monitorando o cofinanciamento federal da Atenção Especializada: explorando os sistemas federais disponíveis para instrumentalizar a gestão  
*Mariana Alves Melo, Assessora Técnica do COSEMS/SP*
- 17:00 às 18:00 horas Debate, avaliação e encerramento